

**INEPAR S.A - INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES****CGC: Nº 76.627.504/0001-06****COMPANHIA ABERTA****ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 7.12.94**

**Data e Local:** 7 de dezembro de 1994, às 8 horas, na sede social da Sociedade, na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº.11.400 - Curitiba - PR.

**Quorúm:** acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do Capital Social, com direito a voto.

**Composição da Mesa:** Presidente: Sr Atilano de Oms Sobrinho, Secretário: Sr Di Marco Pozzo.

**Anúncio de Convocação:** Publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, no Jornal Indústria e Comércio e no Jornal Gazeta Mercantil, edição nacional nos dias 29, 30 de novembro e 1º de dezembro do corrente ano.

**Deliberações:** deliberado, unanimemente:

1. Modificar o regime de Capital Social da Sociedade, passando a adotar o regime de capital autorizado .
2. Inclusão de parágrafo no art. 5º do Estatuto Social, dando competência ao Conselho de Administração para deliberar sobre o período de preferência ou prioridade dos acionistas de acordo com os termos do art. 127 da Lei 6.404/76.
3. Dar competência para o Conselho de Administração deliberar sobre as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI e VIII do art. 59 da Lei nº 6.404/76 e fixar prazo para o exercício do direito de prioridade para subscrição de Títulos e Valores Mobiliários de emissão da Sociedade.
4. Alterar os artigos 5º e 7º do Estatuto Social, em decorrência das deliberações dos itens 1 e 2 desta Assembléia, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 5.831.322,12 (cinco milhões, oitocentos e trinta e um mil e trezentos e vinte e dois reais e doze centavos), representados por 78.000.000.000 (setenta e oito bilhões) de ações escriturais nominativas, sendo 26.000.000.000 (vinte e seis bilhões) de ações ordinárias com direito a voto, e 52.000.000.000 (cinquenta e dois bilhões) de ações preferenciais, sem direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - A Sociedade está autorizada a aumentar o Capital Social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) mediante emissão de ações ou capitalização de lucros e /ou reservas.

Parágrafo 2º - Os aumentos de capital, a serem realizados dentro do limite do capital autorizado, serão deliberados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O capital da Sociedade poderá ser representado por ações preferenciais sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações representativas do Capital Social, sem guardar proporção atual ou futura com as ações ordinárias.

Parágrafo 4º - As ações preferenciais não possuirão o direito de voto, sendo vedada a sua conversão em outro tipo de ação ao qual se confira tal direito.

Parágrafo 5º - Assistem aos titulares de ações preferenciais:

a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade;

b) prioridade no recebimento do dividendo anual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, apurado na forma de artigo 203 da Lei nº 6.404/76

c) participação integral nos resultados da Sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumentos de capital, realizados mediante a reavaliação do ativo e a incorporação ao Capital Social de quaisquer reservas ou fundos;

Parágrafo 6º - As ações preferenciais adquirirão direito de voto se durante três exercícios consecutivos não forem pagos os dividendos mencionados no parágrafo anterior, direito este que conservarão até que voltem a ser pagos os dividendos referidos.

Parágrafo 7º - A Sociedade poderá negociar com as próprias ações, desde que deliberado pelo Conselho de Administração, e respeitando o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo 8º - O preço de emissão das ações, assim como as condições e prazos para integralização, serão fixados pelo Conselho de Administração que terá em conta, na sua fixação, a cotação das ações no mercado, o valor do patrimônio líquido, as perspectivas de rentabilidade da Sociedade e a diluição da participação dos antigos acionistas.

Parágrafo 9º - No caso do subscritor oferecer bens destinados à integralização de ações do capital, dependerá, a aprovação, do pronunciamento da Assembléia Geral Extraordinária.

Parágrafo 10º - O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor daquelas entradas ou prestações.

Parágrafo 11º - Sem qualquer alteração nos direitos e restrições nos termos deste Artigo, todas as ações da Sociedade serão escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 12º - A Instituição Financeira depositária das Ações Escriturais é facultada a cobrança dos serviços de transferência da propriedade das ações, observados o tratamento dispensado no parágrafo 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76

Parágrafo 13º - A representação dos acionistas nas Assembléias Gerais será mediante lista de presença de acionista, fornecida pela instituição depositária.

Parágrafo 14º - Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo 15º - Aos acionistas é assegurado o direito de preferência na subscrição na proporção do número de ações que possuírem, observado os seguintes critérios:

a) no caso de emissão, em igual proporção do número de ações ordinárias e preferenciais, cada acionista exercerá o direito de preferência sobre ações idênticas as de que for possuidor;

b) no caso de emissão de ações das duas espécies, mas em desigual proporção, a preferência será exercida, primeiro, sobre as ações de espécie idêntica as de que forem possuidores os acionistas, estendendo-se às demais, se insuficiente aquelas, para lhe assegurar, no capital aumentado, a mesma proporção que tinham no capital antes do aumento;

c) no caso de emissão de ações de uma única espécie, cada acionista exercerá a preferência proporcionalmente ao número de ações possuídas, independentemente da espécie.

Parágrafo 16º - O direito de preferência a que se refere o parágrafo anterior deverá ser exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do respectivo Aviso aos Acionistas.

Parágrafo 17º - Em qualquer emissão de Títulos e Valores Mobiliários, cuja colocação seja feita nos termos do Art. 172 da Lei nº 6.404/76, o direito de

preferência dos antigos acionistas poderá ser excluído por deliberação do órgão competente para a respectiva emissão".

"Artigo 7 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar, orientar e fiscalizar o exato cumprimento do objetivo social;
- b) examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Sociedade, solicitando da Diretoria dados e informes pertinentes;
- c) eleger e destituir, quando julgar necessário, os membros da Diretoria da Sociedade;
- d) deliberar a respeito de negociações pela Sociedade com as próprias ações, observado o disposto na legislação pertinente;
- e) deliberar a respeito da emissão de ações do capital autorizado, dentro do limite respectivo, respeitado o disposto no Art. 5º Parágrafo 8º, bem como fixar, querendo, prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas, para subscrição de Títulos e Valores Mobiliários;
- f) deliberar sobre as condições de emissão de Debêntures de que tratam os Incisos VI a VIII do Art. 59 da Lei nº 6.404/76, por delegação da Assembléia Geral da Sociedade;
- g) deliberar sobre os orçamentos anuais de operações e de investimentos;
- h) na pessoa do seu Presidente, instalar e presidir as Assembléias Gerais da Sociedade;
- i) apresentar a Assémbleia Geral os relatórios de cada exercício, balanços e as contas de lucros e perdas, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento, propondo a destinação do lucro líquido, inclusive a fixação do respectivo dividendo, respeitando o mínimo assegurado aos acionistas;
- j) formular e submeter quaisquer propostas de alteração do presente Estatuto à deliberação da Assembléia Geral dos acionistas, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento;
- l) sugerir à Diretoria a adoção de normas gerais de administração e racionalização."

5. Autorizar a Sociedade a proceder a uma emissão pública de debêntures conversíveis em ações, com as seguintes características:

- a) **Valor da emissão** - o valor da emissão será de R\$ 24.003.000,00 (vinte e quatro milhões e três mil reais), no dia 1º de dezembro de 1994,

**b) Séries:** a emissão terá 2 (duas) séries.

**c) Quantidade:** será emitido um total de 8.001 (oito mil e uma) debêntures conversíveis em ações, sendo a primeira série de até 2.667 (duas mil, seiscentas e sessenta e sete) debêntures conversíveis em ações ordinárias e a segunda série, de até 5.334 (cinco mil, trezentas e trinta e quatro) debêntures conversíveis em ações preferenciais.

**d) Valor Nominal Unitário:** as debêntures desta emissão, de duas séries, terão o valor nominal unitário de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em 1º de dezembro de 1994, na data de emissão.

**e) Espécie:** as debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

**f) Forma:** escritural nominativa.

**g) Modalidade:** conversíveis em ações ordinárias e preferenciais.

**h) Data da Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures, será 1º de dezembro de 1994.

**i). Correção Monetária:** as debêntures terão o seu valor nominal corrigido monetariamente desde a data da emissão, segundo a variação acumulada do índice de preços ao consumidor - série r (IPC-r), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em conformidade com o estabelecido no artigo 17 da Lei 8.880 de 27/05/94, observados os seguintes critérios:

i) a correção monetária será efetuada anualmente, mediante a acumulação de 12 (doze) IPC-r mensais a contar da data da emissão, inclusive, ou do último reajuste, inclusive;

ii) na hipótese de extinção no IPC - r ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não mais puder ser utilizado como índice de correção monetária nas emissões de debêntures ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o índice determinado em Lei ou, na sua ausência, um índice aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas, que não poderá ser inferior a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil;

iii) se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, vier a ser permitida e/ou não mais vedada expressamente a correção monetária pelo índice de preços ao Consumidor - série r (IPC-r), em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma automaticamente aplicável, independentemente de qualquer formalidade ou ajuste, sendo certo que os valores passarão a ser corrigidos dentro do menor período de correção admitido legalmente, de acordo com os índices de correção monetária acima previstos.


j) **Preço de Subscrição das Debêntures:** a vista no ato da subscrição, correspondente ao valor nominal da debênture, corrigido monetariamente pro-rata-dia pela Taxa Referencial - TR, fixada pelo Banco Central do Brasil para 1/12/94, acrescido de juros calculados pro-rata-temporis, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

l) **Procedimento:** na colocação das debêntures, junto ao público, será adotado o regime de procedimento diferenciado de distribuição, referido no artigo 33 da instrução CVM nº 13 de 30 de setembro de 1980.

6. Autorizar a Diretoria a contratar Instituição(ões) Financeira(s) Credenciada(s) a operar no Mercado de Capitais para coordenar a colocação pública das debêntures e nomear o Agente Fiduciário, fixando a sua respectiva remuneração e providenciar a Escritura de Emissão de Debêntures.

Esgotada a matéria da pauta e não havendo mais manifestações dos presentes, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos da Assembléia, da qual para constar, foi lavrada esta ata que, lida e aprovada, será assinada pelos acionistas presentes. Curitiba 7 de dezembro de 1994. (aa) Atilano de Oms Sobrinho; Di Marco Pozzo: INEPAR - ADMINISTRAÇÃO AE PARTICIPAÇÕES S/A; INSA - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA; Mario Celso Petráglio; Jauneval de Oms; Cesar Romeu Fiedler; Gennaro Moretti; Natal Bressan.

Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada às fols. 56 a 59 do livro n 02 de atas de Assembléias Gerais, registrado sob nº 7425 em data de 13 de dezembro de 1986, na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná.

  
DI MARCO POZZO  
Secretário  
OAB nº 5174